



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/n – Cambeba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (085) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

TERMO DE INSPEÇÃO REALIZADA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARIBE, EM CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES CONSTANTES DAS PORTARIAS NS. 17/2014 E 40/2014, PUBLICADAS NOS DIÁRIOS DA JUSTIÇA DE 07 E 28 DE MARÇO DE 2014, DA LAVRA DO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR FRANCISCO SALES NETO, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

No dia 23 (vinte e três) do mês de abril do ano de 2014, às 8h30min., na Vara Única da Comarca de Jaguaribe, onde presentes se achavam o Desembargador Corregedor-Geral da Justiça Francisco Sales Neto, o Juiz Corregedor Auxiliar Dr. Neuter Marques Dantas Neto, a Juíza Substituta titular da Unidade, Dra. Leila Regina Corado Lobato, a Diretora de Secretaria Maria Helena Teixeira Guedes e demais servidores lotados na Unidade, teve início a inspeção correcional ordinária, nos termos dos atos administrativos acima epigrafados.

Ao iniciar as atividades, o Desembargador Corregedor-Geral informou aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a fiscalização, fazendo referência aos dados do Formulário de Inspeção, Correição e Visita (FICOVI), previamente preenchido sob responsabilidade da Vara e encaminhado à Corregedoria. Após a conferência dos dados constantes do mencionado formulário, iniciou-se o exame das ações em curso no Juízo, priorizando-se a análise em relação às ações referentes aos presos provisórios e sentenciados, além das cartas precatórias. Por amostragem, foram analisados os processos submetidos às Metas 2 de 2009 e 2 de 2010, processos conclusos com prazos excedidos e aqueles que, por expressa previsão legal, exigem tramitação prioritária.

Foram analisados e despachados 280 (duzentos e oitenta) feitos do acervo em tramitação (3.217 ações), tomando-se por base as informações constantes do SGEC, no mês de abril de 2014, tendo sido planilhados no sistema 170 (cento e setenta) processos.

METAS CNJ: Constataram-se 95 (noventa e cinco) processos da Meta 02 de 2009 e 21 (vinte e um) processos da Meta 02 de 2010.

Quanto às cartas precatórias: verificou-se pequena quantidade de cartas precatórias, 61 (sessenta e uma) no total, sendo que todas estão com andamento regular e/ou aguardando realização de audiência.

ESTATUTO DO IDOSO: As causas relacionadas ao Estatuto do Idoso tramitam de forma prioritária, atendendo assim expressa disposição legal. Registre-se que quase todos os feitos contam com etiqueta identificadora ou carimbo.

TRIBUNAL DO JÚRI: Existem 18 (dezoito) processos prontos para júri. Todos com datas previstas para o segundo semestre de 2014. Registre-se que a Comarca participou da Semana do Júri realizando 04 julgamentos.

Verificou-se que os **mandados de prisão** expedidos pela unidade indicam o prazo de validade com base na causa extintiva da punibilidade, atendendo assim expressa recomendação do CNJ.

Ações afetas ao Juizado da Infância e da Juventude: a Vara possui competência para questões envolvendo crianças e adolescentes, havendo 111 (cento e onze) procedimentos. Não existem menores cumprindo medida de internação provisória de 45 dias.

Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso
Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso
Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso
Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso

AÇÕES CÍVEIS: A unidade possui 1.990 (um mil, novecentos e noventa) feitos cíveis. Foi detectado diminuto atraso na tramitação dos feitos cíveis, notadamente causas envolvendo execução fiscal como por exemplo nos processos 747-97.2008.8.06.0107/0, paralisado desde 09 de agosto de 2010.

ACÕES CRIMINAIS: analisadas as ações de réus presos, num total de 54 (cinquenta e quatro) encarcerados, não se detectou irregularidades. Merecem atenção os seguintes processos: 4079-04.2010.8.06.0107 paralisado desde 31 de outubro de 2011 e 450-90.2008.8.06.0107 paralisado desde 29 de agosto de 2010.

AUDIÊNCIAS: A Juíza titular realiza audiência na Comarca de segunda-feira à sexta-feira.

PROJETO PAI PRESENTE: O projeto não se encontra em pleno funcionamento, porém, a Juíza titular informou que irá empreender esforços no sentido de iniciar a expedição de notificações e audiências de reconhecimento.

DEMAIS MATERIAS: O quadro de Agentes de Proteção da Infância e Juventude não encontra-se instalado. Não há Defensor Público em atuação no módulo judiciário. A Vara tem como representante do Ministério Público o Dr. Tibério de Lima Carneiro, o qual se encontra apenas auxiliando. Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte: i) a unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009); ii) A Juíza titular está cadastrada no sistema Bacenjud (META 8 de 2009). iii) A juíza não concluiu a capacitação em Administração Judiciária (META 8 de 2010); iv) Encontra-se implantado na unidade o sistema de registro audiovisual de audiências (META 2 de 2011). v) O atendimento ao público ocorre no período das 09 às 18 horas; vi) a unidade utiliza o MALOTE DIGITAL; vii) quando considerados os 12 (doze) meses de 2013, de acordo com dados extraídos do SGEC, constata-se que a Meta 1 de 2013 não foi atingida, uma vez que foram distribuídos 1.164 (um mil, cento e sessenta e quatro) processos e julgados 1.040 (um mil e quarenta). viii) Banco Nacional de Mandados de Prisão – Resolução 137/11-CNJ: os mandados encontram-se cadastrados.

LIVROS: foram analisados alguns livros da Secretaria, cuja descrição encontra-se na listagem que faz parte dos documentos anexos.

INSTALAÇÕES FÍSICAS DO FÓRUM: Com relação às instalações físicas da Unidade, verificou-se que a Comarca se não encontra com as instalações regulares, pois há mais de 1 (um) ano não passa por reforma. Não há instalação adequada para o acesso de pessoas com necessidades especiais nem banheiro adaptado especialmente para essas pessoas. Constatou-se, também, que os equipamentos (computadores e impressoras) existentes na Secretaria são suficientes para o regular andamento dos feitos judiciais em tramitação (8 PC's e 3 impressoras). Frise-se que foram danificados 3 (três) 'Nobreak', devido a queda de raios. Há segurança no Fórum, durante o dia, feita por 1 (um) Policial Militar. No período da noite, o Fórum é guarnecido, durante a semana, por um

vigilante cedido pelo Município. O prédio não conta com câmeras de circuito interno de TV ou detectores de metal.

RESIDÊNCIA OFICIAL: Existe e fica localizada na Rua Sigefredo Diógenes, s/n, bairro Alto do Cruzeiro, Jaguaribe/CE, que encontra-se em péssimo estado de conservação, estando atualmente em processo de cessão para o Município.

SERVIDOR: A Unidade, além da Diretora de Secretaria, conta com 4 (quatro) servidores do quadro do TJCE, sendo 1 (um) oficial de justiça, 1 (um) analista, 1 (um) técnico e 1 (um) auxiliar judiciário, e mais 5 (cinco) requisitados da Prefeitura Municipal de Jaguaribe.

CENTRAL DE CONCILIAÇÃO: Ainda não foi instalada.

BOAS PRÁTICAS: Foram colocadas etiquetas e carimbos indicativos nos processos criminais para facilitar a localização.

CONSELHO DA COMUNIDADE: O Conselho da Comunidade foi instalado na Comarca no dia 5/11/2009, através da Portaria 003/2009, tendo sido realizado um total de 4 (quatro) reuniões. No momento não se encontra em funcionamento, pois o presidente não mais reside em Jaguaribe. A Juíza informou que pretende dar continuidade, indicando o presidente e novos membros.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS: Existe apenas 1 (um) processo administrativo em trâmite na Comarca em face da titular do Cartório do 1º Ofício, Sra. Margarete Silva.

RECLAMAÇÕES: Não foram registradas reclamações específicas quanto ao desempenho do Juízo.

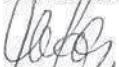
CADEIA PÚBLICA: Há cadeia pública na Comarca. O prédio fica localizado na Av. Oito de Novembro, 1450, Centro, e conta com 07 celas para presos do sexo masculino e uma para mulheres , abrigando atualmente 54 detentos. Registre-se ainda que o prédio apresenta infiltrações na sua estrutura, gerando, inclusive, alagamentos por ocasião das chuvas. O responsável pela cadeia é o agente penitenciário Robson Soares. Em visita à cadeia contatou-se que merecem especial atenção os feitos envolvendo os seguintes detentos: Cícero da Silva que se encontra preso provisoriamente há 09 meses acusado da prática do crime de tráfico; Johnny Moreira, preso há 08 (oito) meses, acusado do crime de tráfico; Eriwan Garcia, preso há 4 (quatro) meses, preso por porte ilegal de arma; Tiago Rogério, preso há 10 (dez) meses acusado do crime de tráfico; Claudemir Reis, preso há 1 (um) ano, pela prática do crime de tráfico; Gabriel Alves, preso há 4 (quatro) meses, pela prática do crime envolvendo a Lei Maria da Penha; Alysson Cristian (verificar direito à progressão de regime); Erileudo Silva, preso pela prática do crime de tráfico; Francisco Adão, preso há 04 meses; Sugere-se contato com o Município de Jaguaribe para fins de que seja disponibilizado um advogado para atender os detentos; Sugere-se ainda que seja oficial à SEJUS rogando o envio de material de higiene pessoal para os detentos. A juíza titular afirmou que dará prioridade aos processos envolvendo os encarcerados acima citados.

RECOMENDAÇÕES: sem prejuízo de outras recomendações que venham a ser lançadas ao relatório final, foram formuladas as seguintes, já por ocasião do encerramento da inspeção: 1) deve haver especial empenho da unidade quanto ao cumprimento das Metas 2 de 2009 e 2 de 2010; 2) Utilização do Sistema de Informações Eleitorais (SIEL) disponibilizado pelo TRE-CE nos termos da Portaria CRE-CE nº 11/2011; 3) Sugere-se que a magistrada conclua o curso de Administração Judiciária; 4) Reativar o Conselho da Comunidade e instalar a Central de Conciliação; 5) providenciar o envio dos automóveis e motocicletas que se encontram amontoados no estacionamento do fórum para pátio de Detran; 6) Cadastro da magistrada nos sistemas INFOJUD e RENAJUD; 7) Recrutar agentes da Infância e Juventude; 8) Impulsionar o Projeto Pai Presente.

Por fim, o Corregedor Geral deu por ultimada a Inspeção às 19:00 horas, do dia 23 de abril de 2014, cujo resultado será formalmente apresentado ao Conselho Superior da Magistratura, através de circunstanciado relatório, o qual será instruído com as planilhas e papéis, onde constarão os registros pertinentes, com o resumo de todo trabalho desenvolvido, os resultados obtidos e demais providências a serem adotadas.

E, para constar, foi lavrado o presente termo, que vai devidamente assinado pelo Corregedor-Geral da Justiça Francisco Sales Neto, Juiz Corregedor Auxiliar Neuter Marques Dantas Neto, pela Juíza Substituta Titular Leila Regina Corado Lobato e pela Diretora de Secretaria Maria Helena Teixeira Guedes.

Francisco Sales Neto
Corregedor-Geral da Justiça



Neuter Marques Dantas Neto
Juiz Corregedor Auxiliar



Leila Regina Corado Lobato
Juíza titular



Maria Helena Teixeira Guedes
Diretora de Secretaria

